

Educação Continuada: uma necessidade para a superação da divisão do trabalho na escola

Orientanda: Izabel Cristina Uaska Hepp¹

Orientadora: Sueli Menezes Pereira²

Resumo

Neste artigo é analisada a formação continuada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto em Santa Maria – RS, com o objetivo de verificar se o que foi proposto e o que foi executado concorrem para a superação da divisão do trabalho na escola.

Palavras chave: Formação de professores, divisão do trabalho, formação continuada centrada na escola.

Abstract

In this article is analyzed the continued formation of the Municipal School of Basic Education Júlio of Canto in Saint Maria – RS, with the objective to verify if what it was considered and what were executed concur for the overcoming of the division of the work in the school.

Keywords: Formation of professors, division of the work, centered continued formation in the school.

Introdução

O surgimento da educação formal através da escola se dá após a Revolução Francesa em 1789, quando o capitalismo se consolidou.

Através da escola, as classes dominantes puderam formar o trabalhador necessário para gerar lucro para os patrões, donos das indústrias e empresas que surgiram após a primeira Revolução Industrial.

Desse modo, a escola dentro da sociedade capitalista passou a ser pensada e manipulada para formar a mão-de-obra alienada e acrítica exigida para trabalhar em sistemas mecânicos e automatizados de produção.

Sendo a escola facilmente manipulada pela sociedade capitalista, esta trouxe para dentro dela as mesmas teorias usadas para administrar empresas e seus princípios que fizeram com que aparecesse a dualidade no sistema educativo, ou

¹ Aluna do curso de Especialização em Gestão Educacional – Centro de Educação - UFSM.

² Orientadora e Professora do Curso de Especialização em Gestão Educacional – Centro de Educação - UFSM

seja, a educação foi dividida e diferenciada em: educação para as elites e educação para as classes populares.

Para a elite foi ofertada uma educação voltada para o pensar, para o planejar e para mandar; para a classe popular uma educação voltada para o fazer e para o obedecer, reproduzindo dessa forma, a mesma divisão do trabalho existente na indústria ou na empresa dentro da escola.

As conseqüências disso na escola e na própria formação de professores são sentidas ainda hoje, através da prática pedagógica do professor de baixa qualidade e do desconhecimento dele em relação a realidade política, curricular, administrativa e pedagógica da escola em que atua e da realidade em que seus alunos vivem, o que, contribui enormemente, para o fracasso escolar de muitas crianças e adolescentes.

Para superar, não somente as deficiências da formação inicial, mas também com a finalidade de fazer com que os professores conheçam a realidade da escola, do seu aluno e a sua própria realidade é que hoje se discute tanto sobre uma modalidade de formação permanente e em serviço, que é a formação continuada de professores centrada na escola, prevista inclusive na nova LDB 9394/96. Muito embora, ali a intenção seja jogar a responsabilidade dessa má formação para a escola onde os professores atuam, devem professor e escola, aproveitar a autonomia que lhes é assegurada em lei para estudar e refletir coletivamente para juntos superarem ou amenizarem as dificuldades encontradas.

Assim, o presente artigo é o resultado de um estudo realizado para responder o seguinte problema: Como a formação continuada centrada na escola pode contribuir para a formação de um compromisso dos professores com a gestão da escola em seus aspectos pedagógicos, administrativo, curricular e político?

Para tanto, busca-se analisar o Projeto de Formação Continuada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto em Santa Maria/RS e as ações da mesma frente à proposta em pauta, numa tentativa de verificar se a prática, ali desenvolvida, está contribuindo para a superação da divisão do trabalho na escola, com vistas à democratização da gestão.

Para a realização deste estudo, utilizou-se uma metodologia de caráter qualitativo com base em pesquisa bibliográfica e análise documental sendo o projeto de educação continuada, integrado ao Projeto político-pedagógico da escola acima mencionada, o principal documento analisado.

Para o entendimento do problema levantado e para atingir o objetivo proposto, foi necessário desenvolver três capítulos, sendo que, o primeiro: “Contextualizando a necessidade da educação continuada para os professores”, tratou sobre a formação de professores no Brasil, desde a sua colonização até os dias de hoje, mostrando suas deficiências e a influência das ideologias dominantes, assim como o surgimento da divisão do trabalho na escola brasileira. O segundo: “Educação continuada e a superação da divisão do trabalho na escola”, abordou a necessidade da formação continuada de professores centrada na escola como forma de superação da divisão do trabalho, onde se mostrou que o professor pode contribuir para a construção de uma escola democrática se forem proporcionados espaços e tempos dentro do Projeto Político – Pedagógico para que isto se efetive. O terceiro capítulo: “Formação continuada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto”, fez a análise do Projeto de Formação Continuada – 2002, da Escola Municipal em questão tomando por base o que foi proposto e as ações da escola e seus resultados. Por fim, o trabalho apresenta a título de considerações finais, um apanhado geral das principais idéias abordadas no decorrer do estudo.

Passaremos a seguir a uma apresentação sucinta de cada capítulo do estudo.

Contextualizando a necessidade da educação continuada para os professores

No Brasil, embora em períodos diferentes de nações mais desenvolvidas, a educação também passou pela mesma influência das ideologias dominantes, sendo usada desde a nossa colonização até os dias atuais como meio de manipulação da população.

A formação de professores no Brasil no período colonial não existia de modo formal. Os professores, padres jesuítas que vieram para cá com a finalidade de catequizar os índios e assim evitar que as idéias da reforma Protestante chegassem até aqui, informalmente, deixaram a sua maneira, a sua metodologia de trabalho

como cultura de ensino. Após a expulsão dos jesuítas, qualquer um podia ser professor, que reproduzindo a forma de ensinar como aprenderam, apresentavam, no entanto carências no conhecimento se distanciando, portanto, da formação de um professor jesuíta que era longa e generalista.

Com a chegada da Família Real no Brasil foram criados vários cursos superiores, apenas com a finalidade de suprir as necessidades da corte. Não foi dada atenção nem ao ensino elementar nem à formação de professores para o povo que aqui se encontrava.

Após a Independência do Brasil e com a primeira Constituição Imperial em 1824, aparece a idéia de um sistema Nacional de Ensino, assim como a determinação em abrir escolas primárias, secundárias e universidades por todo o território nacional. Na prática isto não se efetivou, tendo em vista os fatores econômicos, pois o Brasil ainda não tinha conquistado uma independência econômica que sustentasse todas as suas instituições. Isto se reflete no Ato Adicional de 1834, que procurava descentralizar a educação responsabilizando a União pela educação das elites e as províncias, independentes e sem recursos, pela educação popular, inclusive a formação de professores.

A partir de 1830 surgem as primeiras escolas normais em vários Estados brasileiros, algumas particulares mantidas por ordens religiosas e a primeira escola normal pública (1830) em Niterói – RJ. Contudo, a formação recebida era incipiente, pois esta era feita sem qualquer método. Didaticamente os conteúdos ministrados nas escolas normais não tinham vínculo com as disciplinas a serem trabalhadas durante o exercício docente.

Somente a partir de 1880 é que se começa o movimento das escolas normais no Brasil. Mas ao final do período imperial e nas primeiras décadas do período republicano, motivado pelo desinteresse do Estado em garantir educação para todos, a formação de professores não teve sucesso.

Com o declínio das oligarquias devido ao crescimento industrial que trouxe modificações na estrutura econômica, surgiram e se consolidaram duas classes sociais: a burguesia industrial e o operariado.

Esta consolidação não acontece de forma pacífica fazendo com que aconteçam nos anos 20, choques entre as duas classes e outros setores da classe dominante.

Vários acontecimentos nesta época começam a influenciar a educação e a década de 20 fica marcada pela idéia de que através da educação o país poderia se integrar aos países desenvolvidos. Assim, devido à idéia de país industrializado, a educação passa a ser vista como fundamental e é colocada como prioridade do Estado.

Contudo, a “formação de professores primários nesta fase da primeira república, não foi significativa, salvo com a criação de poucas escolas normais concentradas, praticamente em São Paulo.” (ZULIAN e PEREIRA, 2001, p.50)

Também na década de 20 nossa educação começa a sofrer a influência escolanovista que propunha a renovação de técnicas, escola única, obrigatória e gratuita. Estes novos ideais ficam restritos a alguns lugares, contudo irão influenciar intelectuais jovens que mais tarde serão denominados “Pioneiros da Educação”.

A partir de 1930, com a Revolução vencida por Getúlio Vargas, tem início a República Populista ou Nacionalista, quando passa a ser dada ênfase a industrialização nacional e com isto a educação começa a ter relação direta com o desenvolvimento da nação, sendo criado nessa época o curso supletivo e cursos rápidos para treinamento dos trabalhadores para as profissões emergentes.

Neste mesmo ano é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, para o qual Francisco Campos, assumindo a pasta, procura estruturar o sistema de ensino nacional através de decretos, sendo que o “ensino primário, o ensino normal (destinado á formação de professores primários) e os demais ramos do ensino técnico não foram incluídos”.(PIMENTA, 1992, p.31). É instituído o regime universitário através do Estatuto das Universidades quando é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, responsável por formar professores para o ensino secundário e pesquisa.

Em 1932, é lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, tendo como principais representantes Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Defendiam a

educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado em programa de âmbito nacional. Combatiam e criticavam a escola elitista, acadêmica e tradicional, defendida pela igreja.

Em 1939 é criado o curso de Pedagogia com o Decreto Lei nº 1.190, que instituiu a organização da Faculdade Nacional de Filosofia.

De 1942 a 1946 o sistema de ensino é organizado através de Leis Orgânicas de Gustavo Capanema, sendo que, o Decreto Lei 8530 de 1946 organiza o Ensino Normal, tendo como finalidades: a) prover a formação do pessoal docente às escolas primárias; b) habilitar administradores escolares destinados às mesmas e c) desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. O Ensino Normal foi dividido em dois níveis: 1º ciclo – formava professores regentes de ensino primário, quatro anos de duração realizado nas Escolas Normais Regionais e 2º ciclo – formava professores primários com três anos de duração e realizado em Escolas Normais.

Nesta mesma época são criados os Institutos de Educação que além do 1º e 2º ciclo para formação de professores, tinha também o Jardim de infância, a Escola Primária e Cursos de Especialização de professores primários e habilitação de especialistas da educação (administradores, supervisores e orientadores educacionais para as escolas normais).

Tanto o currículo das Escolas Normais quanto dos cursos de especialização se mantinham distantes da realidade e eram inadequados para formar professores, pois ensinavam como lidar com um aluno ideal numa sociedade ideal sem mostrar o que realmente acontecia na sociedade brasileira e com as nossas crianças.

Em 1961 é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4024, que segundo Ferreira (2001, p.119) “[...] favorecia o ensino particular”, pois “antidemocratas e conservadores [...] agiam contendo a expansão da rede escolar graças a dispositivos legais orientadores da rigidez, seletividade e discriminação através da educação”.

Em relação à lei Orgânica do Ensino Normal de Capanema a LDB 4024/96 trouxe poucas mudanças, pois não mudou a estrutura do ensino já implantada e a

formação de professores continuou a mesma. Apenas houve a incorporação ou substituição da palavra Ginásial e Colegial aos nomes das escolas normais responsáveis pela formação de professores no 1º e 2º ciclo.

Aos Institutos de educação foi acrescentado a possibilidade de habilitar professores para atuarem nas escolas normais.

Durante a década de 50 e início da 60 o populismo ou nacionalismo começa a enfraquecer devido ao descontentamento da classe média, cujos interesses estavam ligados aos dos grupos estrangeiros que formavam as grandes empresas que, devido, ao capitalismo ter entrado na fase monopolista e financeira, se espalham pelo mundo, inclusive no Brasil, pois este se abriu ao capital estrangeiro.

Partidos ideológicos começam a preparar a sociedade brasileira para a substituição do modelo nacional-desenvolvimentista pelo modelo do desenvolvimento com segurança.

1964 é marcado pelo Golpe civil-militar através do qual o projeto nacionalista se perde e se institui um modelo ditatorial, cuja repercussão foi a ampliação da dependência ao capital estrangeiro influenciando todas as instituições nacionais entre elas a educação do país e, naturalmente, a formação de seus professores.

Foi um período marcado segundo Romanelli (1978, p.194) pelo “abuso de autoridade e ausência de democracia”, onde quem era contra o governo era torturado, morto ou exilado.

Para institucionalizar a ditadura o Congresso Nacional promulga a Constituição de 1967 e em 1969 a Emenda Constitucional.

A educação neste período passa a ser pensada como fator de desenvolvimento e um instrumento para transformar as pessoas em sujeitos mais produtivos no processo de trabalho, fazendo com que aprendessem o necessário para trabalhar melhor atendendo as necessidades do modelo de desenvolvimento com segurança.

Para que isso se efetivasse a escola é organizada administrativa e pedagogicamente seguindo os princípios das teorias da administração de empresas

de Frederick Taylor – Teoria da Administração Científica e a de Henry Fayol – Teoria Clássica. Os dois princípios dessas teorias que mais influenciaram a escola são: a separação entre concepção e execução do trabalho e a divisão do trabalho, sendo que, a separação entre o trabalho intelectual e manual determina a divisão do trabalho que se traduz na setorização de funções e, conseqüentemente, na divisão das pessoas: uns para o pensar e outros para o fazer e, portanto, na divisão do saber.

Este modelo de divisão do trabalho na escola é privilegiado pela legislação do ensino e pela teoria educacional fundamentada no tecnicismo.

A Lei 5540/68 faz a reforma universitária e quanto à formação de professores, principalmente das licenciaturas para lecionar de 5ª a 8ª séries do 1º grau e no 2º grau é fragmentada, pois ocorre a separação entre a formação pedagógica e a formação específica. Com esta lei são criadas as licenciaturas curtas, principalmente em instituições particulares, com o objetivo de diminuir o tempo de permanência do aluno na Universidade, abrindo isso mais vagas, já que nesta época começou uma procura muito grande pelos cursos universitários pela população como forma de garantir status e emprego.

O Parecer CFE nº 252/69 fragmentou os cursos de Pedagogia em modalidades diversas de habilitações onde poderia ser formado tanto o professor para o ensino normal, quanto o especialista de educação: supervisor, administrador, inspetor e orientador escolar.

Como resultado dessa fragmentação vemos a perpetuação da divisão do trabalho pedagógico na escola, onde especialistas planejavam e supervisionavam e os professores executavam o planejado pelos primeiros.

A Lei 5692/71 reformou o ensino de 1º e 2º graus, com o objetivo de inserir o jovem o mais cedo possível no mercado de trabalho, diminuindo com isto a procura por cursos superiores. São criadas várias habilitações profissionalizantes a nível de 2º grau e o Curso Normal é transformado na Habilitação Magistério que podia ser ofertado por qualquer escola, juntamente com outras habilitações.

À Habilitação Magistério foram imputadas várias críticas e uma das principais é que ela não preparava nem para atuar em sala de aula, nem para ingressar num curso superior.

Tanto a formação de professores nas licenciaturas no Ensino Superior, quanto a Habilitação Magistério sofreram a influência da teoria tecnicista, onde a prática pedagógica era programada e controlada por planejadores e aplicada pelo professor, havendo dessa forma a supervalorização da tecnologia programada de ensino.

Assim, a formação de professores nesta época seguiam o modelo da racionalidade técnica, que, segundo Almeida (2001, p.2):

“provoca: (i) a divisão do trabalho em diferentes níveis, estabelecendo relações de subordinação; (ii) o exercício de um trabalho individual que gera o isolamento do profissional; (iii) a aceitação de metas e objetivos externos, considerados neutros.”

Como conseqüências da formação de professores fundamentada no princípio taylorista da divisão do trabalho na escola pública podemos citar:

- a) [...] professores e alunos deixaram de refletir criticamente sobre a realidade, pois a escola passou a ensinar com mais ênfase foram habilidades relacionadas com a submissão e a obediência á autoridade. (QUEIROZ, 2003, p.203)
- b) O que vemos hoje na escola pública brasileira é que a divisão de trabalho enrijecendo defeitos, ritualizando procedimentos e esvaziando a sala de aula de seu saber fazer tradicional [...] a divisão do trabalho o transforma num executor de pacotes pedagógicos e de tarefas. (MELLO, 1985, p.54)

As reformas do Ensino Superior e de 1º e 2º graus se tornaram possíveis através da assinatura de acordos entre o MEC e a AID³ que ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID e atingiram todo o sistema educacional, inclusive com a escolha dos conteúdos a serem trabalhados. Os acordos alinharam o sistema educacional brasileiro de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, à Teoria do Capital Humano e ao pensamento cristão conservador com a justificativa de conter a crise que assolava as universidades pelo aumento da procura por parte da população que procurava o ensino superior e não encontrava vaga e com os objetivos, segundo Chauí (1977, p.246): “[...] de transformar a escola em empresa

³Agency for international Development dos Estados Unidos. Agência americana que destina verbas e auxílio técnico para projetos de desenvolvimento educacional, ambiental e na área da saúde

facilitando o controle institucional do ensino e implantar a reforma gradativamente, sem grandes choques com a antiga estrutura, de modo a evitar alarido.”

Com o tempo ocorre o esgotamento da ditadura militar e tem início um novo período que chamamos de Transição Democrática, que começou em 1985 e vem até os dias atuais.

Este período é marcado pela promulgação da Constituição Cidadã em 1988 e pela volta da eleição direta para presidente em 1989, na qual é eleito Fernando Collor de Melo, responsável pelo acirramento do neoliberalismo no Brasil.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso é eleito (e reeleito em 1998) para presidente adotando o liberalismo econômico, seguindo o projeto neoliberal de privatização e modernização com a conseqüente ampliação da dependência do país e o aumento da dívida externa. O objetivo central era preservar a estabilidade monetária e mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, isto é, sair do modelo nacional desenvolvimentista remanescente dos governos populistas ou nacionalistas para o liberal-desenvolvimentista, o que trouxe uma série de conseqüências negativas e dentre elas o aumento do desemprego, gerado pela entrada de multinacionais que usam alta tecnologia e para a qual nossa educação não preparou adequadamente os trabalhadores, nem seus professores.

No campo educacional é sancionada a LDB 9394/96 tendo como eixo central a pedagogia das competências para a empregabilidade, ou seja, usaram um novo discurso para velhas propostas.

Quanto à formação de professores a nova LDB apresentou os artigos 62 e 63 que ainda geram uma grande polêmica, pois se continuou a discutir o lócus da formação do professor, onde esta pode se dar tanto a nível superior em universidades e institutos superiores de educação, mas continua a admitir como formação mínima a modalidade normal em nível médio.

Em 2002 temos nova eleição para presidente, onde é eleito o candidato da esquerda Luis Inácio Lula da Silva. No que diz respeito à educação, o Presidente Lula já apresentou várias propostas, dentre as quais algumas já possuem lei própria. Mas quanto à formação de professores segue a determinação do artigo 62 da LDB

9394/96 que propõe, tanto a formação de professores, quanto a formação de especialistas, o que de certa forma, pressupõe a continuidade da divisão do trabalho na escola.

Esta retrospectiva histórica sobre a educação e a formação de professores no Brasil foi necessária para o estudo realizado, pois através dela vimos que a formação de professores e a educação passaram por momentos críticos, não sendo dado a elas a importância que outros países mais desenvolvidos lhes deram, até porque a posição de dependência e subordinação do país aos países dominantes do capitalismo central, não se alterou.

Dessa forma, só resta aos professores superar as deficiências de sua própria formação de professores dentro da própria escola em que os professores atuam. Como isto pode acontecer, veremos a seguir.

Educação continuada e a superação da divisão do trabalho na escola

Hoje, mais do que em qualquer outro momento da história da educação brasileira, a escola e seus professores têm assegurado em leis a autonomia que nunca tiveram, tal como é proposto Constituição de 1988, no capítulo III, artigo 206, inciso VI, a LDB 9394/96 nos artigos 14 e 15 e na Lei Estadual do RS nº 10.576/95, capítulo III, artigo 75.

Com a Gestão Democrática garantida, passa-se a construção do Projeto Político-Pedagógico, através do diálogo e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, garantindo assim uma construção coletiva

Quando construído o Projeto Político-Pedagógico, este deve assegurar espaços e tempos no calendário escolar para que a formação continuada aos professores, não só por ser uma determinação da LDB 9394/96 nos artigos 61,63,67 e 80, como por ser uma necessidade inerente à melhoria da qualidade de ensino.

A educação continuada deve estar proposta no Projeto Político-Pedagógico da escola e deve acontecer durante o ano letivo dentro da própria escola. Para isto, a escola precisa construir um plano ou projeto de formação continuada que colabore para o desenvolvimento total do professor, ou seja, uma formação continuada não pode ser feita somente com a intenção de desenvolver a competência técnica do

professor, apresentando novas metodologias ou técnicas de ensino. Uma formação continuada deve ir além e trabalhar também o autoconhecimento, a autonomia e o compromisso político do professor.

Desse modo, a escola através da formação continuada, estará contribuindo para a profissionalidade de seus professores capazes de entenderem a escola em todos os seus aspectos como: o político, o pedagógico, o administrativo e o curricular, ou seja, professores que têm como base a docência, mas que em qualquer momento podem ocupar outra função dentro da escola, sendo capazes de serem gestores de uma escola democrática.

Para isto basta a escola e professores aproveitarem os espaços de autonomia conquistados e levarem adiante seus projetos construídos sempre coletivamente, onde todos são ouvidos e contribuem com sua experiência, de modo que não haja a divisão entre aqueles que pensam, planejam e aqueles que apenas executam, superando o princípio taylorista e fayolista da divisão do trabalho levado para dentro da escola brasileira, como vimos no item anterior.

Formação Continuada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto

Aqui foram analisados o Projeto de Formação Continuada – 2002 da escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto e as ações da escola frente ao Projeto. Para esta análise, à medida que, foi sendo realizada a pesquisa bibliográfica e, ao ler mais profundamente o Projeto, foram surgindo questionamentos que serviram como orientação para a análise. Os questionamentos levantados quanto ao Projeto e as ações da escola são apresentados lado a lado, a seguir, para que se possa ter uma noção bem clara se a escola conseguiu ou não superar a divisão do trabalho na escola.

O PROJETO	AS AÇÕES
<p>O que a escola entende por formação continuada? “formação continuada em serviço” é entendida pela escola como “constante aperfeiçoamento dos educadores. (p.8)</p> <p>“Formação continuada não é atualização nem acumulação: é uma construção permanente de conhecimento, de resignificação da prática resultando em desenvolvimento profissional e pessoal.” (p.9)</p> <p>A quem se destina a formação continuada? O Projeto coloca que a formação continuada se destina aos professores da escola, independente da função que ocupem.</p> <p>Quem são os responsáveis pela formação continuada na escola? “Toda a proposta será desenvolvida pelas professoras responsáveis pela Coordenação Pedagógica da Escola, [...] e por professores convidados para proferirem palestras, dada a necessidade de reavivar teorias esquecidas”. (p.13)</p> <p>Para que tipo de profissional aponta o Projeto de Formação Continuada da escola? O Projeto de Formação Continuada – 2002 segue o pensamento de Schön (1992, p.9) ao afirmar que o “momento sinaliza para um profissional reflexivo”,</p>	<p>O que foi proporcionado não deixa de ser apenas uma acumulação de conhecimentos, pois não foi proporcionado tempo necessário para a discussão sobre as mudanças propostas.</p> <p>Todos os professores participaram da Formação Continuada.</p> <p>Toda a proposta foi desenvolvida pela Coordenação Pedagógica da escola e por professores convidados. Os professores participaram apenas como ouvintes.</p> <p>Houve momentos destinados para a reflexão em conjunto sobre a prática do professor e a escola, já que o Projeto apontava para a formação de um profissional reflexivo? Os momentos destinados às reflexões não aconteceram durante toda a Formação Continuada e sim, somente na semana em que a Formação se deu de forma mais intensiva.</p>

O PROJETO	AS AÇÕES
<p>O que a escola pretende com o seu projeto de formação continuada? objetivos gerais: - Implementar ações educativas que contribuam no processo de formação continuada do profissional de educação; -Fomentar o desenvolvimento de ações didático-metodológicas voltadas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. (p.6)</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>1.Possibilitar a troca de experiências entre professores sobre concepção, prática docente, estratégias de ensino e formas de intervenção pedagógica construídas e vivenciadas na sua atuação profissional; (p.6)</p> <p>-2.Implementar o acervo teórico – metodológico permanente, composto de banco de textos (artigos de revistas especializadas e de interesse em geral) sugestões de atividades pedagógicas, fitas de vídeo, etc, atendendo às necessidades do corpo docente e discente;</p> <p>3.Construir a página da escola na Internet para divulgar as experiências do corpo docente, projetos desenvolvidos, trabalhos de alunos, etc, bem como receber sugestões e trocas de idéias;</p> <p>4.Promover discussão de princípios básicos de ensino que possibilite a implementação de uma prática pedagógica baseada na construção do conhecimento, através de projetos de estudo e da interdisciplinaridade</p>	<p>A Formação Continuada de 2002 atingiu os objetivos propostos no Projeto de Formação Continuada – 2002? Tanto os objetivos gerais quanto os específicos foram atingidos em parte.</p> <p>1.Foi alcançado em parte, devido a participação ativa de alguns professores nas palestras e reflexões coletivas, perguntando, esclarecendo suas dúvidas, trocando idéias, expondo suas práticas sem medo.</p> <p>2.O acervo está sempre sendo implementado pela equipe diretiva da escola. A maioria dos professores não demonstram interesse em usar o material. O material não pode ficar exposto na sala dos professores como deveria ficar numa estante aberta, com fácil acesso.</p> <p>3.Foi tentado construir a página da escola na Internet com ajuda de uma professora da escola que sabia o que fazer, porém alguns problemas surgiram quando se iniciou a construção:</p> <p>4.Observou-se a mudança na prática de alguns professores que procuraram desenvolver alguns projetos interdisciplinares, o que exigiu um trabalho em equipe para planejá-los e executá-los.</p>

O PROJETO	AS AÇÕES
<p>Qual a proposta de formação continuada da escola explicita no projeto?</p> <p>a) Diálogos Pedagógicos: serão atividades em que os professores reunidos em grande grupo se encontrarão um turno, uma vez por mês para teorizar, analisar, debater, refletir, propor, trocar experiências;</p>	<p>A escola conseguiu desenvolver as atividades pedagógicas – “Diálogos Pedagógicos, Reuniões Individuais e difusão das idéias e experiências” – propostas no Projeto de Formação Continuada – 2002?</p> <p>As palestras ou “diálogos pedagógicos”, como chamou a escola, se realizariam uma vez por mês. Contudo, isto não aconteceu devido à disponibilidade na agenda dos palestrantes, sendo que, os “diálogos pedagógicos” só iniciaram em 15 de maio de 2002 e em meses aleatórios, como veremos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho de Classe Participativo – 15/05/02 • Motivação – 19/06/02 • Construção do Conhecimento – 21/08/02 • Projeto Pedagógico – Interdisciplinaridade – 08/10/02 • Habilidades e Competências – 23/10/02 (Certificado de Formação Continuada – 2002) <p>As demais palestras foram replanejadas para acontecerem na semana de 16/12 a 20/12/2002 de forma mais intensiva, já que o ano letivo dos alunos havia acabado, mas os professores ainda deveriam permanecer na escola trabalhando. Assim, nesta semana foram trabalhados os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão sobre a prática e a escola – 16/12/02 • Enfoques Curriculares – 16/12/02 • Competências para Ensinar – 17/12/02 • Competências e Habilidades a desenvolver nos alunos – 18/12/02 • Reflexões Pedagógicas – 19/12/02 • Preparando 2003 – 20/12/02

O PROJETO	AS AÇÕES
<p>b)Reuniões Individuais: serão atividades realizadas entre Coordenadora Pedagógica e professor (a) de cada série ou disciplina e / ou mais professores em se tratando de trabalho interdisciplinar para juntos analisarem o trabalho de cada um e produzir propostas pedagógicas a serem implementadas na escola</p> <p>c)Difusão das idéias e experiências: através de uma página própria da escola na Internet, com ajuda dos professores; por meio de [...] software específico para divulgação das propostas pedagógicas, idéias e experiências vividas no âmbito da escola pelo seu corpo docente.</p> <p>Quais os temas a serem enfocados na Formação Continuada e como estes foram divididos?</p> <p>1º Dirigido ao trabalho na sala de aula propriamente dita, onde o professor irá refletir sobre temas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Construção do conhecimento; •Inteligências múltiplas; •Interdisciplinaridade; •Projetos de estudo; •Conselho de classe participativo. 	<p>As “Reuniões Individuais” entre coordenadora pedagógica e professores passaram a acontecer com mais frequência, depois que a escola mudou o tempo de cada aula, isto é, ao invés de cinco (5) períodos de 50 minutos para três (3) módulos de 80 minutos de quarta a oitava séries. Porém, da Pré-escola a terceira série as reuniões individuais não aconteciam devido ao fato de que não havia ninguém para substituir as professoras nestes momentos. As conversas aconteciam uma vez por semana durante as reuniões pedagógicas, com a participação de todos (as) os (as) professores (as) da Pré-escola e das Séries Iniciais com a Coordenadora Pedagógica.</p> <p>A “Difusão das idéias e experiências” através da Internet não aconteceu devido ao que foi exposto anteriormente</p> <ul style="list-style-type: none"> •A escola não conseguiu trabalhar todos os temas propostos no projeto. Do primeiro bloco de temas dirigido ao trabalho em sala de aula foram trabalhados: <ul style="list-style-type: none"> •Construção do conhecimento – Ana Rosa Dellazana; •Interdisciplinaridade – Helenize Sangoi; •Conselho de Classe Participativo – Claudia Gribosky.

O PROJETO	AS AÇÕES
<p>2º Dirigido ao próprio professor enquanto profissional, onde irá refletir sobre os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Motivação; ▪ Competência; ▪ Competência emocional; ▪ As 10 competências para ensinar ▪ A leitura e a escrita na vida profissional do professor; ▪ Trabalho em equipe. 	<p>Deste bloco foram trabalhados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Motivação – Denise Cadaval; ▪ As 10 competências para ensinar – Izara Mozzaquatro de Freitas. <p>Alguns temas foram substituídos por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto pedagógico – Helenize Sangoi; ▪ Habilidades e competências – Celso Henz; ▪ Enfoques Curriculares – Izabel Cristina Uaska Hepp; ▪ Competências e habilidades a desenvolver nos alunos – Izabel Cristina Uaska Hepp.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o Projeto de Formação Continuada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto e as ações da escola frente ao Projeto de Formação Continuada para verificar se está sendo proporcionada a superação da divisão do trabalho na escola a fim de que os professores possam conhecer a escola em seus aspectos, pedagógicos, administrativos, financeiros e políticos.

Para atingir o objetivo proposto foi necessário, primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica, onde procuramos, através dos autores pesquisados:

a) contextualizar historicamente a formação de professores no Brasil, desde o período colonial até os dias de hoje mostrando a negligência com a educação do povo e a formação de professores e o uso desta para o desenvolvimento da economia, o crescimento da elite nacional e estrangeira, a dominação cultural e a divisão do trabalho na escola, sendo que para isto fizeram uso de::

- teorias administrativas que trouxeram a divisão social do trabalho da fábrica para a escola, separando dessa forma, os que pensam, produzem, pesquisam, teorizam, planejam, decidem, controlam dos que ensinam e aprendem;

- legislações que imprimiram uma feição tecnicista na formação da população brasileira, incluindo a formação de professores, onde foi priorizado o

“como fazer” sem reflexão crítica desarticulando teoria da prática, o pedagógico do social; o que foi reforçado pela visão errônea de “capacitar”, “treinar”, “aperfeiçoar” docentes enfatizando-se ora o treino de habilidades, de técnicas, ora o repasse de conhecimentos, de conteúdos em geral atomizados, descontextualizados e distanciados da prática e do local de trabalho do professor.

b) Ver que a escola pode buscar a superação da divisão do trabalho dentro dela, através de uma gestão democrática que, através da formação continuada centrada na escola, proporcione a constante discussão e reflexão do seu Projeto Político – Pedagógico, contribuindo dessa forma, para o seu constante desenvolvimento como instituição de ensino e o crescimento dos gestores que nela atuam, através da ação – reflexão – ação. Entendendo que o desenvolvimento dos gestores da escola se dá na articulação entre o político, administrativo, curricular e pedagógico.

Partindo desses conhecimentos adquiridos através da pesquisa bibliográfica, para verificar se a formação continuada proposta e executada pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto em 2002 prevê a superação da divisão do trabalho na escola passamos ao estudo de caso com análise documental do:

- Projeto de Formação Continuada – 2002 e do ;
- Certificado de Formação Continuada – 2002.

Desta análise resultou a conclusão de que a Formação Continuada proporcionada aos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto em 2002 não está contribuindo para a superação da divisão do trabalho na escola devido aos seguintes aspectos:

- Planejamento e execução da proposta realizada somente pelas coordenadoras pedagógicas da escola e por professores convidados para as palestras;
- Os saberes dos professores não foram levados em conta, pois estes foram convidados a participarem apenas como ouvintes;

- Embora mudanças tenham ocorrido quanto: ao enfoque curricular, procurar desenvolver nos alunos competências e habilidades e em consequência mudar a expressão da avaliação adotando menções no lugar de notas e um parecer, mostrando quais competências e habilidades o aluno desenvolveu ou precisa melhorar, o que exige do professor um olhar constante sobre o desenvolvimento do educando, observou-se que alguns professores não absorveram estas mudanças e continuam avaliando os alunos da mesma forma como faziam antes, apenas por trabalhos, testes e provas;

- Os temas das palestras não foram escolhidos pelos professores;

- Os temas escolhidos não propiciaram aos professores o conhecimento dos aspectos administrativo, financeiro e político da escola e, sim, apenas o conhecimento superficial de novas teorias ou novos conhecimentos (ou poderíamos dizer, novos modismos) na área educacional sem pensar nos interesses que estão embutidos em suas propostas.

A equipe diretiva da escola quer que os professores se envolvam com todos estes aspectos, mas prioriza o envolvimento dos professores com o pedagógico, deixando para si o envolvimento com o administrativo, curricular e político. A prioridade do pedagógico sobre os demais aspectos é percebido através da cobrança por uma prática mais dinâmica, uso de materiais pedagógicos atraentes, avaliação mais humana que diminua a reprovação e, conseqüentemente, a exclusão.

Os professores (a maioria deles) preferem não se envolver nos aspectos administrativo, financeiro e político, pois acham que já fazem o bastante pela escola e pelos alunos dando suas aulas da forma como aprenderam na formação inicial. Embora tenha na escola professores que se destacam pela procura constante de formação continuada, pois já entenderam que a formação de um educador é sempre provisória e inacabada e por isso buscam construir-se profissionalmente em todos os aspectos, teorizando suas práticas, refletindo coletivamente e se envolvendo na construção de uma escola também reflexiva e comprometida com a comunidade escolar.

"A educação básica deve ser desinteressada do trabalho. Precisa haver a desconstrução da idéia de adestramento e a discussão das relações sociais".
(Frigotto In: Rezende, 2003, p.1)

Vemos, pois, que os professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto estão deixando escapar a oportunidade e autonomia que agora lhes é assegurada em lei de buscarem sua própria formação continuada, de se educarem, de possibilitar a aprendizagem do aprender aprendendo em conjunto dentro da própria escola.

Nesse sentido, ao construir uma nova proposta de formação continuada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto deverá favorecer a democratização da concepção, da gestão e da execução da prática social escolar, concretizando como função da escola tornar cada vez mais qualificado o profissional que nela atua, para viver agindo como cidadão dirigente.

É preciso inverter a política dos diplomas e possibilitar formações que envolvam ciência, técnica, história, levando à formação de um cidadão crítico. (Frigotto In: Rezende, 2003, p.1)

Assim a democratização da escola depende da democratização da função de pensar, conceber, decidir e executar coletivamente o saber fazer pedagógico possibilitando aos educadores compartilhar significados, desenvolver habilidades, criticar posturas e propostas produzindo conhecimentos e novas formas de intervenção, com vistas a promoção da aprendizagem dos alunos e melhoria na qualidade do ensino.

Sendo assim, podemos concluir que a Formação Continuada proposta e executada pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto em 2002, apesar de apresentar aspectos positivos como: a reflexão teórica da prática e entender que a escola é o *Lócus* da formação continuada, não contribuiu para a formação de um compromisso dos professores com a gestão da escola em seus aspectos pedagógicos, administrativo, financeiro e político, não superando dessa forma, a divisão do trabalho na escola.

Bibliografia

ALMEIDA, Célia Maria de Castro. A problemática da formação de professores e o mestrado em educação da UNIUBE. In: Revista profissão docente (online). Uberaba, v.1, n.1, fev.2001.

Brasil. Constituição Brasileira de 1988. Brasília, 1988.

_____. Lei 5.692/71 de 11/08/71. (Reforma do ensino de 1º e 2º graus). Brasília, 1971.

_____. Lei 9394/96 de 20/12/96. (Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Brasília, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Lei 5.692, Ciências humanas e o ensino profissionalizante. Folha de São Paulo, 06/07/1977. In. PILETT, Claudino. Filosofia e História da educação. 2.ed., São Paulo: Ática, 1985.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1979.

FERREIRA, Líliliana Soares. Educação e história. 2.ed., ver e ampl.. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. In: REZENDE, Isadora. Educar para o trabalho ou para a cidadania? Disponível em: <<http://www.forummundialdeeducacao.com.br>> fev/2003. Acessado em: 23/10/04.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e educação no Brasil (1964 . 1985). 2.ed., São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores. São Paulo: Cortez, 1992.

QUEIROZ, Maria Teresa Sokolowski. Desafios à Educação num mundo globalizado. RBPAE. V.19, n.1, jan/jun.2003.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 10.576 de 14 de novembro de 1995, dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público.

ROMANELLI, Otáisa. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

ZULLIAN, Margaret Simone, PEREIRA, Sueli Menezes. Abordagens do curso de pedagogia no Brasil: nos caminhos do tempo. In: Revista Educação. UNICRUZ, 2001. p.47-55.